



**11º Congresso de Pós-Graduação**

**A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS BUROCRÁTICAS**

**Autor(es)**

---

MARIO RUELA FILHO

**Orientador(es)**

---

ANDREZA BARBOSA

**Resumo Simplificado**

---

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei No. 9394 de 20 de dezembro de 1996, as políticas públicas educacionais que focam a gestão democrática do ensino, a autonomia da escola, a descentralização de responsabilidades e as avaliações sistêmicas têm sido alvo de várias discussões que questionam o perfil político-administrativo do sistema de educação. Nessas discussões, termos da administração clássica como as palavras hierarquia, subordinação e controle aparecem como características presentes nessas políticas. Consideradas tais características e a afirmação de algumas referências bibliográficas de que os modelos clássicos de administração, em seus vários paradigmas científicos, geral e burocrático, influenciaram e conservaram características na administração dos sistemas sociais, este trabalho buscou investigar as características burocráticas do sistema educacional brasileiro. Para tanto, foi realizado um estudo de caráter essencialmente teórico que teve como base a bibliografia sobre o assunto e também a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional No. 9394 de 1996 como elementos estatuídos com a intenção de organizar e estruturar formalmente a educação. Assim, num primeiro momento, consideramos a necessidade prévia de configurar o sistema de educação e, num segundo momento, verificar se os princípios burocráticos, segundo a tipologia weberiana, podem ser observados nesta configuração. A estrutura federativa do Estado brasileiro configura um regime de poderes dividido em três níveis que definem, correspondentemente, a estrutura do sistema de educação. Neste contexto, foram observados alguns elementos que sugerem a presença de características burocráticas no sistema educacional brasileiro, tais como a distribuição de responsabilidades entre os entes federados, a estrutura hierárquica de autoridade administrativa imposta pelas características de Estado federado, normas centralizadas que limitam e controlam todos os sistemas, a valorização da competência técnica dos profissionais da educação e as avaliações sistêmicas como medidas de controle. As características burocráticas que configuram o sistema educacional hierarquizado, com divisão de trabalho, regime de normas e processos de controle, mantêm a escola pública brasileira num contexto social de relações verticais de mando e subordinação. A democratização do ensino se mostra com autonomia limitada, onde as relações participativas que caracterizam a gestão democrática, assim como a extinção do autoritarismo centralizado e a eliminação das relações características de dirigente-dirigido, são contrapostas pelas relações impessoais do sistema administrativo centralizador, hierárquico e controlador. Como processo político, a gestão democrática está sob o controle do sistema e limitada por métodos que imprimem a socialização da burocracia.